



Lula anuncia programa de habitação para classe média



Paulo Pinto/Agência Brasil

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou o novo modelo de crédito imobiliário, que reestrutura o uso da poupança para ampliar a oferta de crédito, especialmente para a parte da população que ganha mais de R\$ 12 mil. Lula disse que sempre teve “uma inquietação” para atender à necessidade de moradias da classe média.

► PÁGINA 2

Direito

A estratégia prática do fornecedor de alta performance

Integridade como vantagem competitiva

► PÁGINA 5

Saúde

Nefrocalcinose

Os sintomas podem variar, mas muitas vezes incluem dor nas costas, dor ao urinar ou presença de sangue na urina

► PÁGINA 3

Paracambi deve ganhar Hub de Inovação

► PÁGINA 4

Vereador cobra providências da Águas do Rio em relação à falta d'água em Caxias

► PÁGINA 5

Governo do Rio entrega primeira etapa de exigências da ADPF 635

Ernesto Carriço/GOV.RJ



► PÁGINA 8

Duas barcas são interditadas durante vistoria técnica

Divulgação



► PÁGINA 3

Maricá anuncia 2.300 vagas em cursos para o projeto MARAEY

► PÁGINA 6

INSS suspende programa de redução de fila por falta de verba

► PÁGINA 7

RJ utiliza laboratório portátil para identificar bebidas falsificadas

► PÁGINA 8

Divulgação



Lula anuncia programa de habitação para classe média

Caixa deve financiar mais 80 mil novas moradias até 2026; veja as regras.



Paulo Pinto/Agência Brasil

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou, na sexta-feira (10), que, a partir de agora, a classe média também passa a ser assistida pelos programas de habitação do país. Lula anunciou o novo modelo de crédito imobiliário, que reestrutura o uso da poupança para ampliar a oferta de crédito, especialmente para essa parte da população que ganha mais de R\$ 12 mil.

Durante participação no evento Incorpora 2025, em São Paulo (SP), um dos maiores do setor habitacional, Lula disse que sempre teve “uma inquietação” para atender à necessidade de moradias da classe média.

“Um trabalhador metalúrgico, um bancário, um químico, um gráfico, um trabalhador da Caixa Econômica, um professor [...] Essas pessoas não têm direito a comprar casa, porque elas nem são pobres, não estão na faixa 1, nem na faixa 2 [do Minha Casa, Minha Vida]”, disse.

“Esse programa foi feito pensando nessa gente, pensando em dar àqueles que ainda não têm direito, o direito de ter a sua casinha um pouco melhor”, afirmou.

Para o presidente, a classe média pode escolher onde morar: “Ele não quer uma casa de 40 metros quadrados, ele quer uma casa de 80 metros quadrados. Ele não quer morar no Cafundó do Judas, ele quer morar no lugar mais próximo onde ele está habituado a morar. O que nós vamos tentar fazer é adequar as dificuldades econômicas das pessoas levando em conta o respeito à dignidade humana de morar no lugar aonde pensa que é bom

morar”, disse.

O novo modelo de crédito imobiliário do país reestrutura o uso da poupança para ampliar a oferta de crédito.

AS REGRAS

- Valor máximo do imóvel passa de R\$ 1,5 milhão para R\$ 2,25 milhões
- Famílias com renda familiar entre R\$ 12 mil e R\$ 20 mil terão acesso ao novo financiamento
- Operações feitas pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH), com juros limitados a 12% ao ano
- Caixa volta a financiar 80% do valor do imóvel

FIM DO COMPULSÓRIO

Após um período de transição, o total dos recursos depositados na caderneta de poupança será reorientado para uso no setor habitacional, com o fim dos depósitos compulsórios no Banco Central (BC). Além disso, o valor máximo do imóvel financiado no Sistema Financeiro da Habitação (SFH) passará de R\$ 1,5 milhão para R\$ 2,25 milhões.

Hoje, famílias com renda até R\$ 12 mil são atendidas pelo Minha Casa, Minha Vida, com juros menores, e, desde o início do seu terceiro mandato, Lula defende alternativa de financiamento para a classe média.

A previsão é que, com essa mudança, a Caixa Econômica Federal financie mais 80 mil novas moradias até 2026.

Atualmente, 65% dos recursos captados pelos bancos da poupança precisam ser direcionados ao crédito imobiliário; 15% estão li-

vres para operações mais rentáveis e 20% ficam com o Banco Central na forma de depósitos compulsórios.

Os financiamentos via SFH vinham perdendo espaço no mercado em meio a saques da caderneta de poupança, principal fonte de recursos para crédito habitacional no país.

Em 2023 e 2024, as retiradas líquidas da poupança foram R\$ 87,8 bilhões e R\$ 15,5 bilhões, respectivamente. Em 2025, caderneta já tem resgate líquido de R\$ 78,5 bilhões. Entre as razões para os saques está a manutenção da Selic – a taxa básica de juros – em alta, o que estimula a aplicação em investimentos com melhor desempenho.

Transição até 2027

A reforma anunciada hoje “moderniza as regras” de direcionamento do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), com o objetivo de maximizar a poupança como fonte de financiamento.

“Na medida em que mais valores são depositados em poupança, mais crédito será disponibilizado para financiamento imobiliário, o que tende a ampliar a oferta de crédito, considerando ainda as captações de mercado, por exemplo, via LCIs (Letras de crédito imobiliário) e CRIs (Certificados de recebíveis imobiliários)”, explicou o governo, em comunicado.

Após um período de transição, o direcionamento obrigatório de 65% dos depósitos da poupança acabará e os depósitos compulsórios no Banco Central referentes a esse tipo de aplicação também. O total dos recursos depositados na caderneta de poupança passará a ser referência

para o volume de dinheiro que os bancos devem destinar ao crédito habitacional, incluindo as modalidades do SFH e do Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI).

Quando estiver plenamente implementado o novo modelo, se uma instituição captar no mercado, por exemplo, R\$ 1 milhão e direcionar integralmente esse montante para financiamento imobiliário, ela poderá usar a mesma quantia captada na poupança, que tem custo mais baixo, para aplicações livres por um período predeterminado.

Para isso, 80% dos financiamentos habitacionais deverão ser feitos pelas regras do SFH, que têm juros limitados a 12% ao ano.

“O novo modelo aumenta a competição, pois incorpora os depósitos interfinanceiros imobiliários ao direcionamento, o que permite que instituições que não captam poupança também concedam crédito habitacional em condições equivalentes às demais”, argumenta o governo.

A transição será gradual, iniciando ainda este ano. O novo modelo deverá ter plena vigência a partir de janeiro de 2027. Até lá, fica valendo o direcionamento obrigatório de 65% dos recursos captados na poupança para operações de crédito habitacional.

Dos 35% restantes, pelas regras atuais, 20% são recolhidos ao Banco Central a título de depósito compulsório e 15% vão para operações livres. Durante a transição, o volume dos compulsórios será reduzido para 15% e os 5% serão aplicados no novo regime. (Agência Brasil)

Exportações para os Estados Unidos caem 20,3% em setembro

Novos mercados, no entanto, garantem recorde nas vendas externas

No segundo mês do tarifaço imposto pelo governo de Donald Trump, as exportações do Brasil para os Estados Unidos recuaram 20,3%, em setembro, na comparação com igual período do ano passado, divulgou na segunda-feira (6) o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic). No entanto, o crescimento das vendas para outros mercados garantiu recorde nas vendas externas brasileiras.

No mês passado, o país vendeu US\$ 2,58 bilhões ao mercado estadunidense, contra US\$ 3,23 bilhões no mesmo período de 2024. As importações dos Estados Unidos, em contrapartida, subiram 14,3%, de US\$ 3,8 bilhões para US\$ 4,35 na mesma comparação.

O aumento das importações, combinado com o recuo nas exportações, fez o saldo da balança comercial do Brasil com os Estados Unidos ficar negativo em US\$ 1,77 bilhão no mês passado, o nono déficit comercial seguido com o país e o maior registrado neste ano.

No acumulado de 2025, o Brasil exportou US\$ 29,213 bilhões para os Estados Unidos, queda de apenas 0,6% em relação aos nove primeiros meses do ano passado. As importações somaram US\$ 34,315 bilhões, alta de 11,8%, fazendo o déficit comercial subir para US\$ 5,102 bilhões em 2025.

No mesmo período do ano passado, o Brasil acumulava déficit de US\$ 1,317 bilhão com os Estados Unidos. O déficit comercial é desfavorável para o Brasil, mas favorável para os Estados Unidos. Antes de o governo de Donald Trump impor a tarifa de 50% sobre vários produtos brasileiros, o Brasil registrava déficit com o mercado estadunidense.

NOVOS MERCADOS

A queda nas exportações para os Estados Unidos não se refletiu no resultado total da balança comercial. Isso porque as exportações para outros parceiros cresceram, com destaque para a Ásia. As exportações para Singapura subiram 133,1% US\$ 500 milhões em relação a setembro do ano passado.

Para a Índia, aumentaram 124,1% (US\$ 400 milhões). Outros destaques foram Bangladesh (+80,6% ou US\$ 100 milhões); Filipinas (+60,4% ou US\$ 100 milhões); e China (+14,9% ou US\$ 1,1 bilhão).

Para a América do Sul, as vendas brasileiras cresceram 29,3%, impulsionadas pela Argentina, país para o qual as exportações aumentaram 24,9% de setembro do ano passado a setembro deste ano. No mesmo período, as vendas para a União Europeia aumentaram 2%.

No mês passado, o Brasil exportou US\$ 30,54 bilhões, valor recorde para o mês, com crescimento de 7,2% em relação a setembro de 2024. O superávit da balança comercial, no entanto, encolheu 41,1%, ficando em US\$ 2,99 bilhões, por causa da compra de uma plataforma de petróleo de US\$ 2,4 bilhões de Singapura. (Agência Brasil)

Alan Santos/PR



CAPITAL

MERCADO & NEGÓCIOS

O Valor da Informação

Capital Empresa Jornalística Ltda
Av. das Américas 4200, Bloco 1, Sala 305,
CEP 22.640-907 - Barra da Tijuca, Rio de Janeiro-RJ,
Tel: (21) 98400-0441 - CNPJ 11.244.751/0001-70

Endereços eletrônicos:
comercial@jornalcapital.com.br
comercial.capitalmercado@gmail.com
redacao.capitalmercado@gmail.com

WhatsApp: (21) 98400-0441 / (21) 2671-6611

Associado à AdjorirJ
Associação dos Diretores
de Jornais do Interior



www.jornalcapital.com.br



Departamento Comercial: (21) 98400-0441
Diretor Presidente: Marcelo Cunha
Diretor de Redação: Josué Cardoso
Jornalista Responsável: Marcelo Cunha RG/ME 0042655/RJ
Colaboradores:
Roberto Dalib
Gilmara Rodrigues do Nascimento

Os conteúdos de matérias de opinião, artigos e colunas são de responsabilidade de seus autores.

Duas barcas são interditadas durante vistoria técnica

Ação realizada pela equipe do deputado Marcelo Dino, vistoriou cinco embarcações



Fotos: Divulgação

Na manhã desta terça-feira (14), uma vistoria realizada pela equipe do deputado estadual Marcelo Dino (União) encontrou graves falhas estruturais e operacionais nas embarcações que realizam o transporte aquaviário entre a Ilha do Governador, Praça XV e Niterói.

Das cinco barcas vistoriadas, duas foram interditadas pela Marinha do Brasil após a constatação de vazamento de óleo na casa de máquinas.

A ação teve início às 8h, no Terminal do Cocotá, na Ilha do Governador, e contou com a presença da Marinha do Brasil, da Secretaria Estadual de Transportes (CETRANS), da Getransp, da Comissão de Transportes da Alerj — presidida pelo deputado Dionísio Lins —, além da TV Alerj, da chefia de gabinete e do secretário da Comissão de Defesa do Meio Ambiente, Rafael, representando a equipe técnica do parlamentar.

Durante a vistoria, foram encontradas diversas irregularidades: Barcas sucateadas e sem manutenção adequada; Falta de ar-condicionado funcional (das cinco embarcações, três possuem o sistema, mas sem capacidade de refrigeração adequada);

Ausência de acessibilidade para cadeirantes, com rampas móveis que dependem de servidores para instalação; Banheiros em condições precárias, bebedouros sem água e coletes salva-vidas mofados; Superlotação nas viagens, especialmente nas linhas Praça XV–Ilha do Governador e Praça XV–Charitas; Falta de estrutura de primeiros socorros a bordo; Horários reduzidos para os moradores da Ilha do Governador, com apenas três opções diárias de travessia; e Falta de integração tarifária entre modais, o que obriga o passageiro a pagar uma nova passagem para chegar a Niterói.

As embarcações interditadas foram a Gávea 1, que faz o trajeto Ilha do Governador–Praça XV, e a Corcovado, que atende a rota Praça XV–Niterói. Ambas apresentavam vazamento de óleo e ausência de condições mínimas de operação. O deputado Marcelo Dino criticou a falta de manutenção e destacou que “o usuário das barcas não pode ser penalizado com transporte precário, inseguro e desumano”.

“Não basta reduzir a passagem de R\$ 7,70 para R\$ 4,70 se o serviço não oferece dignidade. É inad-

missível que o cidadão fluminense continue sendo tratado com descaso”, afirmou o parlamentar.

O parlamentar também apontou um possível conflito de interesses na fiscalização contratual, já que a Secretaria de Transportes, responsável pela contratação da empresa Barcas Rio, é também a encarregada pela fiscalização do serviço — o que, segundo Dino, reforça a necessidade da recomposição da Getransp como órgão regulador independente.

A empresa atualmente opera com cinco embarcações, sendo três com ar-condicionado e duas sem, mas mesmo as refrigeradas não conseguem manter o conforto térmico quando estão lotadas.

Ainda na terça, o deputado Marcelo Dino vistoriou a barca Charitas, que vem apresentando as piores condições operacionais — uma embarcação pequena, sem ventilação adequada e com superlotação constante, diferente da barca homônima que realiza o trajeto para a Região Oceânica de Niterói.

O deputado informou que vai solicitar um estudo técnico para ampliação dos horários da linha da Ilha do Governador, além de audi-

toria financeira para apurar o faturamento e os subsídios pagos à empresa Barcas Rio, que recebe cerca de R\$ 2 milhões mensais da Prefeitura do Rio para operar o trajeto Praça XV–Niterói.

“O papel da Assembleia é fiscalizar e defender o cidadão. Vamos cobrar do Governo do Estado uma solução imediata para devolver qualidade, segurança e respeito aos usuários das barcas”, concluiu o parlamentar.



Coluna

Saúde

Roberto Daiub

Nefrocalcinose

Os sintomas podem variar, mas muitas vezes incluem dor nas costas, dor ao urinar ou presença de sangue na urina

Nefrocalcinose refere-se à presença de depósitos de cálcio nos rins, que podem ocorrer em diferentes partes do órgão. Essa condição é frequentemente associada a distúrbios no metabolismo do cálcio e pode ser causada por várias razões, incluindo:

Hiperparatireoidismo - Um aumento nos níveis de hormônio paratireoide pode levar ao aumento da absorção de cálcio;

Desidratação - A falta de fluidos pode concentrar o cálcio na urina, formando depósitos;

Infecções - Algumas infecções renais podem contribuir para a formação de cálculos e depósitos de cálcio; e

Distúrbios Metabólicos - Condições que afetam a absorção de cálcio e fósforo no corpo.

Os sintomas de nefrocalcinose podem variar, mas muitas vezes incluem dor nas costas, dor ao urinar ou presença de sangue na urina. O diagnóstico geralmente é feito por meio de exames de imagem, como ultrassonografia ou tomografia computadorizada.

O tratamento depende da causa subjacente e pode incluir mudanças na dieta, aumento da ingestão de líquidos e, em alguns casos, medicamentos para tratar a condição. É importante consultar um médico para avaliação e tratamento adequados.

Cardiologista
Diretor clínico da Encor Clínica Médica e Odontológica
Médico da UNIFESO
Médico concursado da Prefeitura municipal de Duque de Caxias



(21) 2633-1723
98483-5834
clinicaencor.wordpress.com



mais artigos

ENCÔR

CLÍNICA MÉDICA & ODONTOLÓGICA

f

i

e

Especialidades

CARDIOLOGIA
Adulto e Pediátrica
CLÍNICA MÉDICA
ANGIOLOGIA
Tratamento de Varizes
ORTOPEDIA
NUTRIÇÃO
CIRURGIA GERAL
VIDEOLAPAROSCÓPICA
UROLOGIA
NEFROLOGIA

Exames Complementares

Eletrocardiograma Digital
Check Up
Risco Cirúrgico
Mapa 24h
Holter 24h
Atestado p/ Atividades Físicas

Dr. Roberto Daiub
CRM 5262119-6
Drª. Claudia Faccioli
CRO-RJ 37116

Shopping da Praça - Magé
Praça Dr. Nilo Peçanha, 45 - Sala 410
encorclinica@gmail.com

EXAMES MÉDICOS

EXAMES COMPLEMENTARES

EXAMES LABORATORIAIS!!!

Odontologia

Clinica Geral
Ortodontia
Endodontia
Periodontia
Odontopediatria
Cirurgias de inclusos
e de 3º Molares
Prevenção
Implantes
Carga imediata
Enxertos ósseos
Próteses convencionais
Tratamento p/ Hipertenso
Tratamento p/ Diabético
Tratamento c/ monitoramento

Estética

Harmonização Facial
Botox e Preenchimento
Bichectomia

Consultas com preços acessíveis.
Aceitamos todos os cartões.

Ligue agora!
21 2633-1723
98483-5834

Marque sua consulta pelo Whatsapp

CAPITAL
MERCADO & NEGÓCIOS
O Visor da Deflagração

comercial.capitalmercado@gmail.com
comercial@jornalcapital.com.br

21 2671-6611
21 9840-00441

Conveniados do SUS poderão ter que realizar exame do pé torto congênito

Medida prevista em projeto de autoria do presidente da Alerj, Rodrigo Bacellar, terá validade para hospitais públicos e unidades privadas que possuam convênio com o Sistema Único de Saúde



Thiago Lontra/Alerj

Hospitais públicos da Rede Estadual e unidades privadas conveniadas com o Sistema Único de Saúde (SUS) poderão ser obrigados a realizar o exame clínico ortopédico para diagnóstico do Pé Torto Congênito (PTC) em recém-nascidos. A medida está prevista no Projeto de Lei 1.740/23, de autoria do presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), deputado Rodrigo Bacellar (União), aprovado pela Casa, em primeira discussão, nesta quinta-feira (16/10). A proposta ainda precisa passar por uma segunda votação em plenário.

Segundo o texto, em caso de resultado positivo os pacientes receberão o tratamento adequado, imediato e contínuo, sendo adotado, preferencialmente, o método Ponseti - que associa manipulação, imobilizações gessadas seriadas, tenotomia percutânea do tendão calcâneo e órtese de abdução. A cirurgia somente será indicada para os casos mais graves ou tratamento das deformidades residuais.

De acordo com o projeto, o Estado poderá firmar convênios ou parcerias para capacitação de profissionais da área da saúde para execução do tratamento ou com hospitais que façam o diagnóstico imediato. Além disso, o paciente deverá ser encaminhado ao setor ortopédico para diagnóstico tão logo chegue ao posto de saúde, sem a necessidade de consultas preliminares.

TRATAMENTO PÓS-CIRÚRGICO E CAMPANHAS DE CONSCIENTIZAÇÃO

O tratamento pós-cirúrgico inclui psicologia, ortopedia, fisioterapia, e demais especialidades relacionadas à recuperação e tratamento integral para recuperação humanizada. Caso o paciente necessite fazer uma redução motora, deverá ser disponibilizado gratuitamente um fisioterapeuta que o auxiliará nos exercícios necessários, a quem caberá decidir sobre a adoção de aparelhos ortopédicos no pós-cirúrgico. O acompanhamento psicológico deverá ser disponibilizado também gratuitamente.

A proposta ainda determina que o Poder Executivo realize campanhas de conscientização sobre o Pé Torto Congênito para que as famílias conheçam o tratamento e procurem atendimento o mais breve possível. O objetivo é estimular o diagnóstico precoce; motivar pais ou responsáveis a procurar assistência médica; incentivar e difundir o tratamento pela técnica de Ponseti em meios médicos e não médicos; e realizar atividades culturais, como palestras, debates e seminários.

“É possível corrigir os pés tortos desde que o tratamento seja iniciado rapidamente, podendo ser conservador, com talas gessadas que são su-

cessivamente trocadas, ou cirúrgico. Por seus resultados amplamente melhores, além de um custo expressivamente menor, o método de Ponseti já é o preferencial em vários países, estando também presente no Brasil, inclusive em unidades do SUS”, explicou Bacellar.

DESPESAS E CONVÊNIOS

A matéria estabelece de que forma serão custeadas as despesas para a implementação da iniciativa. São elas: por conta de dotações próprias consignadas no orçamento do Estado; do Fundo Estadual de Saúde; recursos financeiros oriundos da União, dos Estados, dos municípios e de órgãos e entidades públicas, recebidos diretamente ou por meio de convênios, parcerias ou cooperações; além de verbas provenientes de emendas parlamentares.

Além disso, a proposta autoriza o Poder Executivo a firmar convênios, parcerias, contratos, termos de cooperação técnica ou acordos com instituições ou entidades públicas ou privadas, governamentais ou não governamentais, nacionais ou internacionais, relativos a programas, projetos e ações de promoção, proteção, atendimento e defesa dos direitos da pessoa com deficiência, com a finalidade de garantir a logística para atendimentos.

Alerj lança editais de concurso público com 101 vagas

As provas acontecerão em 8 de fevereiro de 2026.

A Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) publicou, na edição do Diário Oficial da sexta-feira (03/10), dois editais do seu concurso público destinados ao preenchimento de 101 vagas. O certame contempla oportunidades para os cargos de especialista legislativo e procurador, com inscrições abertas de 13 de outubro a 13 de novembro, exclusivamente pelo site da Fundação Getúlio Vargas (FGV), banca responsável pela organização do concurso. As provas estão previstas para o dia 8 de fevereiro de 2026, em diferentes cidades do estado.

Das vagas ofertadas, 20 são para especialistas legislativos de nível médio, 78 para especialistas de nível superior em diversas áreas e três para procurador legislativo. As remunerações iniciais variam entre R\$ 10.369,60, para cargos de nível médio; R\$ 12.591,66, para funções de nível superior; e R\$ 44.008,52, para procurador legislativo. O edital prevê ainda reserva de 5% das vagas a pessoas com deficiência, 20% a candidatos negros e indígenas, e 10% para candidatos de baixa renda, em consonância com a legislação vigente.

As vagas para nível superior são destinadas às áreas de Assistência Social, Enfermagem, Medicina, Controle Interno e Auditoria, Relações Públicas, Comunicação Social, Direito, Recursos Humanos, Orçamento e Administração. Também será formado um cadastro de reserva para possíveis convocações futuras, de acordo com a necessidade da Alerj durante o prazo de validade do certame.

PROVAS EM CINCO MUNICÍPIOS

A aplicação das provas ocorrerá nos municípios do Rio de Janeiro, Niterói, Volta Redonda, Cabo Frio e Campos dos Goytacazes, com possibilidade de utilização de cidades próximas caso a demanda de candidatos exceda a capacidade dos locais designados. A seleção para os cargos de nível médio será realizada por meio de prova objetiva, enquanto os de nível superior exigirão também prova discursiva. No caso dos procuradores, o exame contará também com prova oral.

As taxas de inscrição foram fixadas em R\$ 85 para candidatos a cargos de nível médio, R\$ 110 para cargos de nível superior, e R\$ 285 para procurador legislativo. Entre os dias 13 e 15 de outubro, será possível solicitar isenção do pagamento, direito assegurado a inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) e a cidadãos que tenham prestado serviço em mesas receptoras em eleições no Estado do Rio.

Os candidatos devem atender a todos os requisitos previstos no edital, incluindo escolaridade, idade mínima de 18 anos, estar em dia com os direitos políticos e obrigações militares.

O último concurso público da Alerj foi realizado em 2016, com mais de 22 mil candidatos para os cargos de procurador e de especialista legislativo.

OS EDITAIS

Edital Concurso Público Procurador
<https://tinyurl.com/42n95m33>

Edital Concurso Público Especialista
<https://tinyurl.com/2vxkvkky>

Paracambi deve ganhar Hub de Inovação

O secretário municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, Carlos Senna, se reuniu com o presidente Finep, Luís Antônio Elias, na sede da Financiadora

Na quinta-feira (2/10), o secretário municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação de Paracambi, Carlos Senna, participou de uma importante reunião com o presidente da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Luís Antônio Elias, e com o assessor especial Jorge Bittar.

O encontro, que aconteceu na sede da financiadora, contou também com a presença dos professores do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) – Campus Paracambi, Douglas Pereira, André Pimenta e Glaucio Delaia.

Na oportunidade foram debatidas propostas de fomento em Ciência, Tecnologia e Inovação voltadas para Paracambi e toda a região. Um dos pontos centrais da pauta foi a possibilidade de



Divulgação

implantação de um Hub de Inovação, que tem como objetivo impulsionar o desenvolvimento econômico regional, conectando instituições de ensino, pesquisadores, empreendedores e o setor produtivo.

A iniciativa busca transformar Paracambi em um polo de inovação, capaz de gerar novos negócios, oportunidades de trabalho qualificado e soluções tecnológicas que atendam às necessidades locais e regionais.

Segundo Carlos Senna, “o diálogo com a Finep representa um passo estratégico para consolidar projetos que fortaleçam a região e preparem a cidade para os desafios da nova economia baseada no conhecimento e na inovação”.

Vereador cobra providências da Águas do Rio em relação à falta d’água em Caxias

Catiti (PDT) questionou as ações da empresa no município e a inexistência de diálogo com o Legislativo

Águas do Rio voltou a ser destaque na tribuna da Câmara de Duque de Caxias, durante a sessão plenária de 14/10. O vereador Catiti (PDT) contestou as inúmeras falhas da empresa que, desde que entrou no município, é alvo de reclamações.

“Fui procurado por mais de 30 moradores reclamando da falta d’água. Já é a quinta semana consecutiva que não cai água no Engenho do Porto, parte do Parque Lafaiete, Bela Vista e Bar dos Cavaleiros e pasmem, a conta de água veio o mesmo valor do mês passado”, disse Catiti.

Tarifas altas, falta de tratamento de esgoto e os buracos provocados pela empresa nas ruas recém-asfaltadas do Engenho do Porto e do Parque Lafaiete foram alguns problemas apontados pelo vereador que ressaltou também as audiências públicas realizadas e os protocolos no Ministério Público.

Catiti ainda traçou um paralelo do atendimento da Águas do Rio com o da Cedae. “Chegávamos na Cedae e éramos atendidos pela diretoria que dava, pelo menos, uma satisfação para que pudéssemos responder à população que nos procura”, disse ele, apontando que o atendimento da Águas do Rio reflete no descaso com a população.

TARIFA ZERO

O vereador Catiti também reiterou uma indicação, em seu discurso, para a implantação do Programa



Art Video/Victor Hugo

"Já é a quinta semana consecutiva que não cai água no Engenho do Porto, parte do Parque Lafaiete, Bela Vista e Bar dos Cavaleiros e pasmem, a conta de água veio o mesmo valor do mês passado", afirmou o vereador Catiti

Tarifa Zero em bairros do Primeiro Distrito. “Quer cobrar à Secretaria de Transportes e o prefeito a linha do Tarifa Zero para o Bar dos Cavaleiros e Bela Vista”, enfatizou o vereador, alertando que a empresa União já não atende a alguns bairros devido a sua ineficiência. “Ela precisa ser desativada na minha região também pois, o povo que paga imposto tem o direito de ter um transporte decente prestado por uma empresa decente”.

OBRAS

O vereador Wendell (SD) enumerou suas fiscalizações com o prefeito nos bairros Vila São Luiz e Doutor Laureano, realizadas na manhã de terça-feira. “Estivemos na Unidade de Saúde Evangelina Tavares, no bairro Vila São Luiz, onde foi anunciado

que, em breve, começará o serviço de vacinação”.

Em seguida, eles foram à Fundec Ricardo Boechat, no bairro Doutor Laureano. “Uma unidade que atende cerca de mil alunos e que o prefeito anunciou a reforma geral do espaço a fim de dar melhor qualidade de ensino aos alunos”.

Wendell ainda citou a visita à Base do Segurança Presente, no mesmo bairro. “O policiamento no bairro e adjacências melhorou muito. Os índices caíram. Fico muito feliz que, no sábado de manhã, na rua onde nasci e moro, Coelho Neto, teve uma ocorrência do 15º Batalhão que recuperou uma carga intacta”.

PROJETOS APROVADOS

Ainda na sessão plenária de 14/10, os vereadores de Duque de Caxias apro-

varam projetos de decretos legislativos concedendo honorarias e, em dois turnos, por unanimidade, o Projeto de Lei de iniciativa do vereador Alex Freitas (SD) que institui no município o Programa Pomar Caxiense para a execução da política de plantio, manejo, preservação e expansão da arborização frutífera em espaços públicos.

Também foram aprovados o PL de autoria do vereador Leandro Enfermeiro (PRD) dispondo, no município, sobre o projeto Alta À Revelia sem espera; e o do vereador Junior Reis (MDB) denominando logradouro público de Rua Lucília Pereira Hamamura dos Santos Souza.

A pedido do presidente Claudio Thomaz (PRD), o vereador Vitinho Grandão (PL) ainda leu projetos, indicações e requerimentos no Expediente do Dia.



Direito do Cidadão
Gilmar Rodrigues do Nascimento

A estratégia prática do fornecedor de alta performance

Integridade como vantagem competitiva

O fornecedor de serviços ou produtos que atua no mercado de licitações precisa ir além da simples apresentação de preços competitivos e documentação em dia. A parte prática do processo exige uma visão de águia sobre o cenário concorrencial e a capacidade de reação a irregularidades. A Autoridade no mercado público não se constrói apenas com vitórias em pregões, mas com a solidez e a ética na conduta. Neste contexto, o conhecimento sobre o que é uma denúncia em licitações e como aplicá-la estrategicamente se torna um diferencial para proteger o seu negócio e garantir a isonomia do certame.

Denúncia, no âmbito prático da licitação, é o ato formal de levar ao conhecimento dos órgãos de controle (como Tribunal de Contas, Ministério Público, CADE ou mesmo a Ouvidoria do próprio órgão licitante) a existência de um indício de ilegalidade, fraude ou má-fé que possa comprometer a competitividade e a lisura do processo. Ela pode ser prévia (denunciando vícios no edital, como direcionamento ou exigências desnecessárias) ou posterior (denunciando condutas anticompetitivas, como conluio ou superfaturamento). Para o fornecedor que investe em compliance e integridade, a denúncia é um mecanismo de defesa do mercado legal e de valorização da sua Autoridade no setor.

A aplicação da denúncia deve ser um movimento estratégico e não emocional. O fornecedor de alta performance, ao identificar sinais como propostas de cobertura, rodízio de vencedores ou especificações editalícias que beneficiam um único concorrente, deve agir com cautela e inteligência. A denúncia estratégica é aquela que é: 1) Fundamentada (com provas e indícios robustos); 2) Direcionada (ao órgão de controle mais adequado); e 3) Objetiva (focando o prejuízo ao interesse público e à competitividade). Ao adotar essa postura, o fornecedor assume a Autoridade de **guardião da ética** no seu nicho, demonstrando ao mercado e ao Estado o seu compromisso inegociável com as boas práticas.

Utilizar a denúncia de forma correta e ética projeta o fornecedor para um patamar superior. Você deixa de ser apenas "mais um" e passa a ser reconhecido como uma empresa que não apenas participa, mas que zela pela integridade do ambiente de negócios.

No entanto, navegar pela complexidade legal e processual desse mecanismo não é tarefa para amadores. É aqui que reside a importância fundamental de contar com uma especialista em licitações. Esse profissional não só garante que a denúncia seja tecnicamente perfeita e legalmente embasada, mas também orienta o empresário a transformar um potencial risco de mercado em uma real vantagem competitiva, assegurando que cada movimento seja estratégico, ético e, acima de tudo, eficaz para o sucesso sustentável do seu negócio nas contratações públicas.

Ao invés de ser um mero reclamante, você se torna uma referência de integridade, um parceiro de confiança que o Estado deseja ter ao seu lado. Este é o caminho prático para quem busca longevidade e excelência no complexo, mas promissor, universo das contratações públicas.

Advogada especialista em Licitações e Contratos, Direito Administrativo, Previdenciário e Tributário;
Pós Graduada em Direito Administrativo pela EMERJ;
Pós Graduada em Direito Tributário pela EMERJ.



Advocacia & Consultoria Jurídica

gilmararodriguesadv@gmail.com



mais artigos

Braskem reforça compromisso com a circularidade e investe em design de embalagens sustentáveis

Iniciativas como o Cazoolo, laboratório de design circular da companhia, mostram que é possível unir inovação, experiência de consumo e responsabilidade ambiental

Pensar em economia circular ainda é um grande desafio no Brasil, onde quase 40% dos resíduos coletados são descartados de forma ambientalmente inadequada, segundo a Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente (Abrema). Atenta a esse cenário, a Braskem, petroquímica global que desenvolve soluções sustentáveis da química e do plástico para melhorar a vida das pessoas, busca ir além do processo industrial e petroquímico, desenvolvendo soluções que integram design, inovação e consumo consciente para ampliar a reciclagem e reduzir impactos ambientais.

Um dos destaques é o Cazoolo, Laboratório de Design de Embalagens Circulares da Braskem, criado em 2022 para apoiar empresas no desenvolvimento de embalagens mais sustentáveis. O espaço já deu origem a diferentes projetos, entre eles um stand up pouch monomaterial, que foi desenhado para a reciclagem, mantendo alta competitividade produtiva.

“O trabalho desenvolvido no Cazoolo mostra que é possível transformar ideias em soluções concretas. Ao repensarmos o design das embalagens, conseguimos oferecer alternativas que unem inovação, praticidade para o consumidor e benefícios ambientais. Esse é um caminho essencial para avançarmos na agenda da circularidade”, explica Fabio Sant’Ana, especia-

lista em Desenvolvimento de Mercado e Novos Negócios no Cazoolo.

Mais do que inovação em design, a Braskem reforça que a circularidade depende do engajamento de toda a sociedade. Para a companhia, o consumidor também é parte fundamental nesse processo, já que sem sua adesão a reciclagem perde força e escala.

“A circularidade é um desafio coletivo. Indústria, empresas, governo e sociedade precisam caminhar juntos para que a reciclagem seja, de fato, uma realidade. Nosso compromisso, como Braskem, é promover soluções que envolvam toda a cadeia, desde o processo químico até o consumo final, para transformar resíduos em valor e contribuir com o desenvolvimento sustentável”, destaca Alexandra Calixto Gioso, gerente de Relações Institucionais da Braskem Sudeste.

Com mais de 150 toneladas de resíduos plásticos já reinseridos na cadeia produtiva por meio de programas de reciclagem e iniciativas como o Plastitroque e o próprio Cazoolo, a Braskem segue firme no propósito de aliar inovação, educação ambiental e responsabilidade social. A companhia acredita que cada projeto desenvolvido é um passo importante rumo à construção de um futuro mais sustentável e à consolidação da economia circular no Brasil.

CAPITAL
MERCADO & NEGÓCIOS
O Valor da Informação

anuncie

21 2671-6611

21 9840-00441

comercial.capitalmercado@gmail.com
comercial@jornalcapital.com.br

Maricá anuncia 2.300 vagas em cursos gratuitos de qualificação para o projeto MARAEY

Capacitações começam em 2026 e vão preparar moradores para mais de 13 mil empregos no maior empreendimento turístico-residencial sustentável do Brasil



A Prefeitura de Maricá, em parceria com MARAEY, Sistema Firjan/SENAI e ONU Turismo, anunciou nesta terça-feira (14/10) o lançamento de dois projetos de capacitação profissional que vão oferecer 2.300 vagas voltadas para os setores de construção civil e hospitalidade de alto padrão. O objetivo é qualificar profissionais para atuarem no desenvolvimento do complexo turístico, que vai gerar aproximadamente 9 mil empregos diretos na construção e 4.500 na operação.

“Aqui em Maricá temos a economia das pessoas e das famílias, onde quem quer trabalhar e crescer na vida terá o apoio da Prefeitura. O MARAEY não se trata apenas de um empreendimento, mas de um motor de transformação social, com geração de milhares de empregos e qualificação profissional para nossa gente. É uma oportunidade histórica para consolidarmos uma nova matriz econômica na cidade”, afirmou o prefeito Washington Quaquá.

Serão duas frentes iniciais de capacitação. A primeira, voltada para a construção civil, desenvolvida com apoio técnico, pedagógico, logístico e financeiro da Prefeitura de Maricá e do Sistema Firjan/SENAI. Os cursos terão duração de quatro meses a dois anos e incluirão formações como mestre de obras, técnico em edificações, almoxarife, assistente administrativo e secretariado. Todos os cursos garantirão certificados ou diplomas com validade nacional.

A segunda será dedicada ao se-

tor de hospitalidade e contará com a chancela da Ecole Hôtelière de Lausanne (EHL), instituição suíça reconhecida como a melhor do mundo na área. Os cursos terão duração de seis a dezoito meses e contemplarão cinco áreas: culinária, alimentos e bebidas, acomodação, administração e atendimento ao cliente. As aulas serão presenciais, com metodologia interativa e instrutores treinados pela EHL.

“A chegada do MARAEY é uma grande oportunidade dentro da nova economia de Maricá. Queremos que os moradores estejam preparados, pois os cursos de construção civil começam já em fevereiro. Até setembro de 2026, também oferecemos capacitações em hotelaria, com padrão de excelência e orientação de uma instituição estrangeira renomada, incluindo formação em serviços e línguas, especialmente inglês”, afirmou o presidente da Companhia de Desenvolvimento de Maricá (Codemar), Celso Pansera.

“Nosso objetivo vai além da formação integral do cidadão. Queremos gerar empregabilidade e construir um legado em que a educação seja motor de transformação, inclusão e desenvolvimento social, tornando MARAEY um celeiro de profissionais qualificados para atuar em qualquer empreendimento. A meta é criar empregos justos e seguros, dinamizando a economia local e abrindo portas para os moradores”, acrescentou o CEO de MARAEY, Emilio Izquierdo.

MARAEY HOSPITALITY BUSINESS SCHOOL

Além dos cursos profissionalizantes, o projeto inclui a criação da MARAEY Hospitality Business School - um campus universitário com capacidade para 700 alunos de diferentes nacionalidades. A instituição oferecerá bacharelados, MBAs e cursos técnicos nas áreas de hospitalidade, gastronomia e negócios.

“A ideia é fomentar a geração de renda, mas também contribuir para a qualificação e a adoção de padrões internacionais para o setor de hospitalidade do estado do Rio de Janeiro e do Brasil, criando uma nova onda para a carreira no setor de hotelaria e turismo nacionalmente”, explica Aline Ribeiro, diretora de Projetos Educacionais de MARAEY.

Reconhecido como o melhor projeto de usos públicos do mundo e o melhor desenvolvimento sustentável da América Latina, MARAEY é o empreendimento turístico-residencial mais inovador do Brasil. Localizado em Maricá, o projeto preserva 81% de sua área total de 840 hectares e vai abrigar a segunda maior Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) de restinga do Estado do Rio.

Ao longo dos seus primeiros 14 anos, MARAEY estima gerar mais de 56 mil empregos diretos e indiretos, com investimentos de R\$ 11 bilhões e arrecadação de R\$ 7,2 bilhões em impostos, promovendo o desenvolvimento econômico sustentável e a inclusão social.

TCU suspende exigência de governo buscar centro da meta fiscal em 2025

Benjamin Zymler acolhe recurso da AGU e afasta bloqueio de R\$ 31 bi

Em uma decisão que traz alívio ao governo, o Tribunal de Contas da União (TCU) aceitou nesta quarta-feira (15) recurso da Advocacia-Geral da União (AGU) e suspendeu a exigência de que o governo federal busque o centro da meta fiscal, déficit zero para 2025.

A medida, tomada de forma monocrática pelo ministro Benjamin Zymler, representa uma vitória expressiva para o Executivo, ao afastar, ao menos por ora, o risco de um bloqueio adicional de até R\$ 31 bilhões no Orçamento deste ano.

Em setembro, os ministros do TCU haviam emitido um alerta de que o governo que deveria perseguir o resultado central da meta de resultado primário, considerado um sinal de compromisso com a responsabilidade fiscal.

A AGU, no entanto, argumentou que a interpretação mais adequada da norma seria o cumprimento dentro da banda de tolerância — que admite variação de 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB) para cima ou para baixo.

Na prática, isso permite à União trabalhar com o limite inferior da meta, um déficit de até R\$ 31 bilhões.

“GRAVE RISCO” ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

Ao acolher o recurso, Zymler justificou sua decisão pela “impossibilidade prática” de impor novo contingenciamento neste ano e pelo “grave risco” que um bloqueio adicional do Orçamento representaria para a execução de políticas públicas essenciais. O ministro destacou ainda que o tema envolve “matéria inédita e complexa”, com divergências de entendimento técnico tanto dentro do Executivo quanto no próprio tribunal.

Na prática, a decisão de Zymler permite que o governo mire um déficit primário de R\$ 31 bilhões no Orçamento de 2025. O governo sustentou que a imposição do TCU comprometeria o funcionamento da máquina pública e paralisaria programas estratégicos, sobretudo em áreas sociais e de investimento.

O relator acatou o argumento e concedeu efeito suspensivo até o julgamento definitivo do caso pelo plenário do tribunal.

QUESTIONAMENTOS SOBRE ARCABOUÇO

A decisão alivia de forma imediata a pressão sobre as contas federais e assegura maior previsibilidade à execução orçamentária de 2025. No entanto, diversos economistas alertam para os efeitos simbólicos da medida sobre a credibilidade das metas estabelecidas pelo arcabouço fiscal.

A controvérsia traz o debate sobre a definição de qual seria o “alvo” correto da política fiscal: o centro da meta, como defendia o TCU, ou o intervalo de tolerância previsto em lei, como sustenta o governo.

A decisão de Zymler, ao dar razão à AGU, sinaliza uma mudança de entendimento que favorece a interpretação mais ampla e pragmática da regra.

O governo alega que o pacote de corte de gastos aprovado pelo Congresso no fim do ano passado acabou com o “dever de execução” do Orçamento, permitindo que o governo mirasse qualquer valor dentro da banda de tolerância do arcabouço fiscal.

Ainda que temporária, a medida tem implicações políticas relevantes sobre o marco fiscal do governo. Ela ocorre em meio às negociações da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e ao esforço do governo em manter a execução de programas prioritários sem novos cortes.

No Congresso e no TCU, porém, o debate sobre a necessidade de preservar a disciplina fiscal continuará em 2026.

A decisão de Zymler vale até o julgamento definitivo do caso pelo Plenário do TCU, previsto para 2026. O tribunal pode determinar a perseguição do centro da meta para o próximo ano, estipulada em superávit primário de R\$ 34,3 bilhões.

Caso continue a permitir à equipe econômica mirar o piso da meta, o governo poderá terminar o próximo ano com déficit zero, dentro da margem de tolerância de 0,25% do PIB. (Agência Brasil)



Prefeitura de Maricá avança na implantação da previdência complementar para servidores públicos

Encontro com representantes da RJPrev esclareceu etapas do processo, critérios de adesão e benefícios do regime

A Prefeitura de Maricá, por meio da Subsecretaria de Recursos Humanos, recebeu na sexta-feira (10/10) representantes da Fundação de Previdência Complementar do Estado do Rio de Janeiro (RJPrev). O encontro teve como objetivo prestar esclarecimentos e orientações sobre a implantação do regime de previdência complementar para os servidores públicos

municipais.

De acordo com o subsecretário Kanu Lyrio, a iniciativa está alinhada à obrigatoriedade estabelecida pela Emenda Constitucional nº 103/2019 (Reforma da Previdência), que determina a instituição do regime de previdência complementar nos municípios que possuem Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).

Durante a palestra, a

equipe da RJPrev apresentou detalhes sobre o convênio já firmado com a Prefeitura de Maricá, destacando seu funcionamento prático e os principais aspectos do plano.

“Foram abordados os procedimentos adotados para a formalização do convênio de adesão, bem como as etapas seguintes à sua implementação, como o processo de inscrição dos

servidores, os critérios de elegibilidade, os percentuais de contribuição e os benefícios oferecidos pelo plano. Também foram esclarecidas as responsabilidades do município, dos servidores e da entidade gestora, reforçando a importância da comunicação interna e da transparência para o êxito da previdência complementar no âmbito municipal”, destacou Kanu Lyrio.

INSS suspende programa de redução de fila por falta de verba

Mais de 2,6 milhões de brasileiros aguardam liberação de benefício



O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) suspendeu o programa que pretende reduzir a fila de espera de benefícios como aposentadorias e auxílios. Segundo o ofício, assinado pelo presidente do órgão, Gilberto Waller Junior, a falta de recursos no Orçamento é a principal responsável pela interrupção do programa.

No documento, Waller pede a suplementação (remanejamento) de R\$ 89,1 milhões do orçamento do Ministério da Previdência para dar continuidade ao Programa de Gerenciamento de Benefícios (PGB), que paga bônus de produtividade a servidores e peritos para reduzir a fila de pedidos de benefícios previdenciários.

A medida tem efeito imediato. A interrupção paralisa o principal esforço do governo para reduzir a fila de mais de 2,63 milhões de solicitações, segundo os dados mais recentes, de agosto. Pressionada por uma greve de 235 dias de médicos peritos do INSS, a fila de espera aumenta desde o ano passado.

Segundo o ofício, a suspensão é necessária para evitar “impactos administrativos” caso o programa fosse mantido sem verba garantida.

O OFÍCIO DETERMINA

- Novas análises sejam interrompidas;
- Tarefas em andamento retornem às filas ordinárias;
- Agendamentos do Serviço Social fora do expediente sejam suspensos

ou remarcados. O INSS informou que pediu uma suplementação orçamentária de R\$ 89,1 milhões para retomar o programa “o mais breve possível”.

COMO FUNCIONAVA O PROGRAMA

Criado por medida provisória em abril e transformado em lei em setembro, o PGB paga R\$ 68 por processo concluído a servidores e R\$ 75 por perícia médica. O bônus é pago a quem ultrapassasse as metas diárias de trabalho, mas o valor total, somando salário e gratificações, não podia ultrapassar o teto do funcionalismo (R\$ 46,3 mil). O PGB substituiu o Plano de Enfrentamento à Fila da Previdência, encerrado em 2024. Originalmente, o programa tem orçamento de R\$ 200 milhões para este ano e vai até 31 de dezembro de 2026.

Segundo o próprio INSS, a iniciativa era essencial para reduzir o tempo médio de análise dos pedidos, mas a verba disponível foi totalmente consumida antes do fim do ano.

FILA EM ALTA

Com a suspensão, o governo enfrenta o risco de novo aumento na fila de benefícios. Segundo dados internos, o estoque de pedidos passou de 1,5 milhão em 2023 para 2,6 milhões em agosto de 2025, chegando a 2,7 milhões em março.

O Ministério da Previdência So-

cial havia prometido zerar a fila até o fim do mandato, mas o problema se agravou em meio à escassez de recursos e à lentidão na recomposição orçamentária.

DESAFIOS FISCAIS

A falta de verba reflete o cenário de restrição fiscal do governo, que busca fechar as contas e atingir um superávit primário de R\$ 34,3 bilhões em 2026. O bloqueio de recursos para o INSS ocorre após a perda de validade de uma medida provisória que aumentaria tributos sobre bancos e apostas online.

Sem o pagamento dos bônus, especialistas alertam que o ritmo de análise de processos deve voltar a cair, afetando sobretudo aposentados, pensionistas e beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), que dependem do dinheiro como principal fonte de renda.

PRÓXIMOS PASSOS

No ofício, o INSS afirmou que trabalha junto aos ministérios da Previdência e do Planejamento para recompor o orçamento e restabelecer o programa ainda neste ano. “A suspensão é temporária e necessária diante da atual indisponibilidade orçamentária”, diz trecho do comunicado interno.

Enquanto isso, os servidores devem atuar apenas na rotina regular, sem pagamento adicional por produtividade. (Agência Brasil)

Guandu recebe certificado internacional de qualidade

Sistema, que abastece 9 milhões de pessoas, conquista selo ISO 9001

A Cedae acaba de conquistar a certificação ISO 9001 para o Sistema Guandu-Lameirão, responsável pela maior Estação de Tratamento de Água (ETA) do mundo em operação contínua. O selo atesta a excelência do sistema de gestão da qualidade, aplicado desde a captação da água bruta na ETA Guandu até sua chegada à Elevatória do Lameirão, de onde é distribuída para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A certificação foi recomendada no último dia 26 de setembro, após uma semana de auditorias conduzidas por



especialistas independentes. A conquista reconhece o alto padrão dos processos operacionais da Companhia, reforçando a confiabilidade do sistema que abastece cerca de 9 milhões de pessoas. — A certificação ISO

9001 é mais do que um reconhecimento técnico — é um marco do compromisso público da Cedae com a qualidade e a melhoria contínua. Essa conquista demonstra que estamos alinhados às melhores prá-

ticas internacionais, com foco total na segurança do abastecimento da população fluminense — afirma Aguinaldo Ballon, diretor-presidente da Companhia. A ISO 9001 é a norma de gestão da qualidade mais reconhecida no mundo. Ela estabelece diretrizes rigorosas para a padronização de processos, rastreabilidade, análise de riscos e foco no cliente. A certificação amplia a eficiência e a transparência dos serviços prestados, garantindo maior controle sobre as etapas do tratamento e da distribuição de água.

Gilmara Rodrigues do Nascimento

Sociedade Individual de Advocacia

CNPJ 34.422.166/0001-18
Registro OAB/RJ 009.737/2019

ÁREAS DE ATUAÇÃO:

- DIREITO ADMINISTRATIVO
- DIREITO TRIBUTÁRIO
- DIREITO PREVIDENCIÁRIO
- RELAÇÃO DE CONSUMO
- RESPONSABILIDADE CIVIL

www.gilmaranascimento.adv.br

contato@gilmaranascimento.adv.br
gilmararodriguesadv@gmail.com

(21) 3512-5038
(21) 98400-0442

Av. das Américas 4200, Bloco 01, Sala 305
Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ
CEP 22.640-907

Governo do Rio entrega primeira etapa de exigências da ADPF 635

Dos 18 itens previstos pela Corte, três tinham prazo de 180 dias, e foram cumpridos



Ernesto Carriço/GOV.RJ

O Governo do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria de Estado de Segurança Pública, entregou, nesta quarta-feira (15/10), a primeira etapa das medidas determinadas pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito da ADPF 635. Dos 18 itens previstos pela Corte, três tinham prazo de 180 dias, e foram cumpridos. O documento foi encaminhado ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que o levará ao STF.

- Estamos cumprindo o compromisso com a sociedade e com a Justiça, avançando de forma concreta na implementação das medidas determinadas pelo STF. Nosso maior foco é garantir a preservação da vida e a segurança dos cidadãos, com transparência e eficiência em todas as ações - destacou Cláudio Castro, governador do Rio de Janeiro.

No eixo da presença de ambulâncias em operações, a Polícia Militar possui 15 ambulâncias, sendo duas blindadas, quando necessário, conta com o apoio da Secretaria de Estado de Defesa Civil (SEDEC). Para agilizar o deslocamento, foram definidas cinco bases estratégicas para atender todo o estado do Rio de Janeiro. As ambulâncias permanecem de sobreaviso próximo às áreas de operação. Além disso, todos os policiais diretamente envolvidos nas operações recebem capacitação em atendimento pré-hospitalar (APH), reforçando a preservação da vida

dos agentes e de civis.

Com relação às câmeras embarcadas em viaturas policiais, o contrato assinado com a empresa vencedora da licitação, prevê a instalação em 2.839 viaturas operacionais da Polícia Militar até o final de novembro. Cada viatura contará com três câmeras, duas externas e uma interna. As externas terão funções específicas: uma com software de reconhecimento facial e outra com leitura de placas.

No que diz respeito aos cuidados com a saúde mental dos policiais, a SESP aderiu ao programa do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), Escuta SUSP, que oferece atendimento psicológico, gratuito e confidencial aos policiais e agentes penitenciários.

A Diretoria Geral de Saúde da PM já disponibiliza acompanhamento psicológico em todas as unidades, incluindo psiquiatras do Departamento Médico-Pericial, o Hospital Central da PM, a Unidade de Saúde Mental do 4º BPM (São Cristóvão) e três clínicas credenciadas.

A corporação possui ainda instruções normativas para situações específicas, como protocolos pós-incidente crítico, crises psiquiátricas graves e ocorrências com potencial risco de estresse pós-traumático. A instituição oferece atendimento em saúde mental para agentes ativos e inativos, além de dependentes e pensionistas, por meio de equipes

de psicólogos e psiquiatras na Policlínica. Além disso, realiza ações preventivas e educativas, e disponibiliza atendimentos remotos para ampliar o acesso em todo o estado.

- A resposta desta primeira etapa da decisão do STF reforça nosso compromisso com a transparência. A interlocução com o Ministério Público, órgão fiscalizador, através do Grupo de Trabalho instalado no CNMP, é um compromisso de que cada ação está sendo planejada e executada de forma integrada, promovendo eficiência, responsabilidade e respeito aos direitos de todos - ressaltou o secretário de Segurança Pública do Rio, Victor dos Santos.

O Governo do Rio de Janeiro segue realizando avanços. Desde o fim das restrições, as polícias vêm aumentando a produtividade operacional. De abril até hoje, mais de 20 mil prisões de criminosos foram efetuadas em todo o estado, incluindo a prisão e neutralização de líderes das organizações criminosas.

Nos demais itens previstos pelo Supremo Tribunal Federal, um deles é o monitoramento das Mortes por Intervenção de Agentes do Estado (MIAE) que vem apresentando queda significativa desde o início da ADPF, em 2020, caindo de 1.245 casos para 703 em 2024 (queda de 43%). O plano de retomada de território, previsto na decisão, está em fase de elaboração e será apresentado até o final deste ano.

RJ utiliza laboratório portátil para identificar bebidas falsificadas

Tecnologia escocesa detecta adulterações em segundos e vem sendo usada nas operações de fiscalização em todo o estado

O Governo do Estado passou a utilizar, em parceria com a Associação Brasileira de Bebidas (Abrabe), um moderno laboratório portátil capaz de identificar, em poucos segundos, bebidas destiladas falsificadas ou adulteradas. O equipamento — de origem escocesa e comercializado pelos Estados Unidos — reúne as fórmulas originais dos principais destilados do mercado e compara as amostras coletadas durante as fiscalizações. O Brasil possui apenas cinco exemplares do aparelho, que agora está sendo usado em ações integradas da Secretaria de Estado de Defesa do Consumidor (SEDCON) e do Procon-RJ.

— Nosso governo está atento à segurança e à saúde dos consumidores. O uso desse laboratório portátil é mais uma prova de que estamos investindo em inovação e tecnologia para proteger a população e impedir que produtos falsificados ou adulterados cheguem às pessoas — afirmou o governador Cláudio Castro.

Na noite desta quarta-feira (15/10) foi deflagrada a segunda fase da Operação Salus, em Copacabana, onde as equipes localizaram 20 litros de chope vencidos, sete garrafas de tequila com impurezas e um litro de xarope de açúcar vencido utilizado na preparação de drinques. As sete garrafas de tequila recolhidas serão encaminhadas para análise técnica junto aos fabricantes. O restante das bebidas foi descartado.



Divulgação

A Operação Salus, cujo nome faz referência à deusa romana da saúde, é liderada pela Secretaria de Estado de Defesa do Consumidor do Rio de Janeiro e realizada de forma simultânea em oito estados brasileiros, com apoio de órgãos de defesa do consumidor, vigilâncias sanitárias e forças de segurança. Desde o início, já foram apreendidos mais de 750 litros de bebidas adulteradas, contrabandeadas e descaminhadas em 21 municípios do país.

O secretário de Estado de Defesa do Consumidor, Gutemberg Fonseca, destacou a importância da parceria com a Abrabe e do uso de novas ferramentas tecnológicas. De acordo com Gutemberg, a Sedcon pretende adquirir dois equipamentos de laboratório portátil.

— O laboratório portátil da Abrabe é um aliado essencial na proteção da saúde pública. Ele nos permite identificar adulterações com rapidez e precisão, garantindo que as bebidas comercializadas estejam dentro dos padrões de qualidade e segurança exigidos por lei. Essa atuação conjunta reforça o compromisso do governo com a segurança alimentar e o respeito ao consumidor, afirmou.

No início de outubro, o Governo do Estado firmou um protocolo de intenções com a Abrabe para a criação da Agenda Antipirataria de Bebidas do Rio de Janeiro, iniciativa pioneira no país voltada ao combate à falsificação e ao contrabando de bebidas alcoólicas.

Nos últimos 12 meses, mais de 300 litros de bebidas adulteradas ou sem procedência foram apreendidos em ações realizadas em Rio das Ostras, Niterói, Zona Sul da capital e Lapa. O governo também lançou uma cartilha educativa com orientações para ajudar os consumidores a identificar produtos falsificados. O material está disponível nos sites da SEDCON, Procon-RJ e Abrabe, além de pontos de grande circulação, como rodoviárias e estações das barcas.

Cláudio Castro sanciona lei que cria regras mais rígidas para a saída temporária de presos

O Estado do Rio de Janeiro terá regras mais rígidas para conceder saída temporária nos presídios administrados pelo Governo estadual. A determinação é da Lei 11.000/2025, sancionada pelo governador Cláudio Castro e publicada no Diário Oficial do Poder Executivo desta sexta-feira (17/10).

— É um momento histórico para o Rio de Janeiro, somos o Estado que mais investe em segurança pública e trabalhamos incansavelmente pela adoção de medidas mais firmes e eficientes contra o crime no nosso estado. A saída temporária concedida sem critérios coloca toda a sociedade em risco. Muitos presos que conseguiram o benefício, têm acesso ao ambiente externo, cometem crimes. A nossa prioridade é sempre garantir a segurança da nossa população — declarou o governador.

As regras para permitir a saída temporária do preso, previstas na Lei de Execução Penal (Lei 7.210/84), deverão ser verificadas com base na legislação vigente no momento da concessão do benefício. Além disso, de acordo com a norma, será necessário considerar uma série de fatores para autorizar tanto a saída temporária, quanto o trabalho externo. São eles: a declaração de vínculo com facção criminosa, informações provenientes de investigações que indiquem ligação com facção, grau de

periculosidade, comportamento durante o cumprimento da pena, além de histórico disciplinar. A decisão, seja de autorizar ou negar o benefício, deve ser fundamentada.

A nova lei também cria o Programa de Gestão de Risco nas Saídas Temporárias, que será gerido pela Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP), com objetivo de instituir protocolos técnicos e administrativos para monitorar, avaliar e controlar os riscos relacionados à concessão do benefício.

As diretrizes do Programa são: adoção de protocolos técnicos de avaliação de risco individual dos presos candidatos ao benefício da saída temporária; possibilidade de utilização de monitoramento eletrônico, observada a disponibilidade orçamentária e as normas federais aplicáveis; desenvolvimento e aprimoramento de sistemas de informação destinados ao acompanhamento dos beneficiários; estabelecimento de procedimentos preparatórios voltados à reinserção social e à redução de riscos durante a saída; promoção da cooperação institucional entre o sistema penitenciário, o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e demais órgãos relacionados; além da produção e divulgação periódica de relatórios técnicos destinados ao acompanhamento e avaliação da política criminal.

CAPITAL
MERCADO & NEGÓCIOS
O Valor da Informação

212671-6611

anuncie

219840-00441

comercial.capitalmercado@gmail.com
comercial@jornalcapital.com.br